

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL****COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL****PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO – PCS Nº 1/2021-ANEEL****ESCLARECIMENTO COMPLEMENTAR**

---

**B - ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL E ANEXOS****39) ITEM QUESTIONADO:**

11.5.2, 14.5 e 14.5.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O item 11.5.2 do Edital, cumulado com a tabela constante do item 19 do Edital, prevê que o Contrato de Constituição de Consórcio deverá ser apresentado no dia 27.10.2021, no ato de Protocolo dos documentos de habilitação, via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES. De acordo com a tabela constante do item 19 do Edital isso representa um prazo de apenas 2 dias corridos da data da Sessão Pública do PCS, via Internet, para protocolo dos referidos documentos.

Os itens 14.5 e 14.5.1 do Edital, cumulado com a tabela constante do item 19 do Edital, por sua vez, estabelecem que o proponente que constituir SPE terá 45 dias corridos após a emissão da AUTORIZAÇÃO para o protocolo dos documentos de constituição da SPE. Isso representa um prazo de 56 dias corridos da data da Sessão Pública do PCS, via Internet, para protocolo dos referidos documentos.

Considerando a similaridade do consórcio e da SPE em relação a providências burocráticas de constituição perante junta comercial e obtenção de registros, indaga-se:

Qual a fundamentação jurídica e fática para tratamento diferenciado e não isonômico para situações similares, visto que, ao contrário dos proponentes SPE, as empresas participantes em consórcio não terão prazo factível para constituição de consórcio após a data da Sessão Pública do PCS?

**RESPOSTA:**

A fundamentação jurídica e fática para o tratamento diferenciado e não isonômico decorre do fato de que as situações não são similares, mas muito distintas. Com efeito, ao contrário de uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, um consórcio não dispõe de personalidade jurídica própria, ou seja, não caracteriza sociedade, e, portanto, não tem capacidade patrimonial, conquanto disponha de capacidade de negociação e judicial. Destaca-se ainda que o item 11.5.2 do Edital trata dos documentos de habilitação jurídica dos consórcios e, frisa-se, não exige a comprovação do registro do Contrato de Constituição de Consórcio em Junta Comercial. Por oportuno, registra-se que, para a habilitação jurídica, o item 11.5.1 exige que sejam apresentados o ato constitutivo, Ficha Cadastral ou Certidão Simplificada da Junta Comercial competente e a comprovação dos poderes do(s) Representante(s) Legal(is) de cada uma das sociedades consorciadas. Já os itens 14.5 e 14.5.1 do Edital tratam de matéria diversa, a saber: dos documentos a serem apresentados pelas Proponentes que, após a habilitação e a própria emissão da autorização, por exigência do item 3.3 do Edital, forem obrigadas a constituir SPE.

Tratam-se, pois, de situações absolutamente distintas, o que justifica o tratamento diferenciado. Registra-se, ainda, que, nos termos do item 14.3 do Edital, para consórcio a AUTORIZAÇÃO será emitida em nome de todas as consorciadas, cabendo à empresa líder do consórcio a responsabilidade pelo cumprimento às obrigações decorrentes da AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas. Caso o consórcio se obrigado a constituir SPE, nos termos do item 3.3 do Edital, deverá então observar aos itens 14.5 e 14.5.1 do Edital.

Brasília, 14 de outubro de 2021.

(assinado digitalmente)

**ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

